

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012409-83.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Marcia Cardoso do Norte**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

MARCIA CARDOSO DO NORTE ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito em 25/02/2016, do qual sofreu lesões que implicaram sua invalidez de caráter permanente. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento da diferença da indenização relativa ao seguro DPVAT, no valor de R\$ 11.137,50, e reembolso do valor de R\$ 982,35 referente a despesas médicas suplementares. Sustentou já ter recebido o montante de R\$ 2.362,50. Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando preliminar de falta de documento essencial à propositura da ação. No mérito, arguiu que já houve pagamento administrativo e, assim, não há qualquer valor pendente a ser pago a autora (o que tinha a pagar já foi pago). No mais, sustentou que a autora não comprovou os fatos constitutivos do seu direito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Insurgiu-se em relação a correção monetária e juros de mora e culminou por pedir a improcedência do pedido da autora.

Sobreveio réplica às fls. 132/138.

As preliminares arguidas foram afastadas pela decisão de fls. 159.

Laudo pericial encartado a fls. 207/209 e esclarecimentos 225/226.

Alegações finais do requerido vieram as fls. 230 e da autora às fls.231.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A autora se envolveu em acidente automobilístico no dia 25/02/2016.

Disso dá conta o documento policial carreado a fls. 17/20.

O artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**" (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

deu conforme já dito, em 25/02/2016, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 207/209 revela que o acidente resultou para a requerente uma invalidez parcial e permanente, cujo percentual de indenização corresponde ao somatório de $6,25\% + 17,5\% = 23,75\%$ (textual de fls.208).

No caso – a própria inicial admite – foram pagos a autora R\$ 2.362,50, que correspondem a 17,5% do teto; assim a ré deve complementar a indenização no percentual de **6,25% que equivale a R\$843,75**.

A autora busca também o pagamento de R\$ 982,35 pleiteado na inicial para reembolso de despesas médicas e suplementares:

Conforme documento de fls. 128, a Seguradora já reembolsou as despesas que a autora teve com medicamentos conforme cupom fiscal eletrônico de fls. 139, no valor de R\$ 382,21.

Os demais comprovantes (fls. 140/142), encontram-se completamente ilegíveis, motivo pelo qual pela decisão de fls. 232 a autora foi intimada a providenciar sua redigitalização, o que se verificou a fls. 236/238.

Os documentos de fls. 236/238 referem-se a **sessões de fisioterapia** (Prestador de Serviço – Ariston Fisioterapia S/S Ltda), no valor de R\$ 300,00 cada uma (três notas), perfazendo o montante de R\$ 900,00.

Como o art. 3º da [LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974](#) dispõe em seu inciso III **um limite** de R\$ 2.700,00 e as despesas médicas perseguidas estão devidamente comprovadas nestes autos é de rigor


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

acolher o reclamo da autora.

Assim, faz jus a autora ao reembolso do valor constante das notas de fls. 236/238, no valor de R\$ 900,00 ficando as despesas com sessões de fisioterapia equiparadas a despesas médicas (nesse sentido APELAÇÃO 1022942-34.206 do TJSP).

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial, acolhendo o pleito alternativo de fls. 07, item "d.2, para o fim de **CONDENAR** a ré **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** a pagar a autora, MARCIA CARDOSO DO NORTE, a diferença de **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**, referente ao percentual de 6,25% correspondente a diferença da indenização do seguro DPVAT por ocorrência de sequela parcial e permanente prevista no artigo 5º, inciso "II" da Lei 6.194/74 *(com alteração dada pela Lei 11.482/07)*.

Referido valor será pago com correção monetária a partir da data do pagamento a menor, ou seja, 08/06/2016 (fls. 127), e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Fica ainda a SEGURADORA condenada a providenciar em favor da autora o reembolso do valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) referente aos valores constantes das notas fiscais de fls. 236/238 (despesas com fisioterapia), com correção a contar da data de emissão de cada nota fiscal e com juros de mora à taxa legal a contar da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante da sucumbência quase total a requerida suportará as custas e despesas do processo . Fixo honorários advocatícios ao advogado do autor em 10% do valor total da condenação.

P.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**